

**PoLínguasUSP**

GT Interunidades em Políticas Linguísticas para a USP

**Programa de Desenvolvimento de Políticas  
Linguísticas para a USP (PDPoLínguas-USP)**

**Ribeirão Preto  
Setembro de 2023**

**Programa de Desenvolvimento de Políticas Linguísticas para a USP –  
PDPoLínguas-USP**

RESOLUÇÃO Nº XXX, de xx DE xxxx de 20\_\_.

Considerando

1 – que o Brasil é um país multilíngue tendo como línguas oficiais a língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais além das línguas indígenas e das de imigração, e que a Universidade de São Paulo/USP, assim como as demais IES brasileiras, não podem estar alheias a esse fato;

2 – que a constituição de 1988 deu início a um processo de reconhecimento do multilinguismo quando no seu artigo 210 se afirma que: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.”, e no parágrafo 2 desse mesmo artigo, se observa que “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”;

3 - que o processo de reconhecimento do multilinguismo vem tendo continuidade através de ações de co-oficialização em diversos municípios brasileiros tanto das línguas indígenas como das línguas de imigração;

4 – que a USP, com uma história de constituição plurilíngue, conta com diferentes instâncias de formação em línguas: i) os Departamentos de Letras Modernas, de Letras Clássicas e Vernáculas e de Letras Orientais, todos eles, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH; ii) o Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação, da Faculdade de Educação/FEUSP; iii) o Centro Interdepartamental de Línguas (CIL-FFLCH); iv) o Centro de Estudos e Pesquisas em Ensino de Línguas (CEPEL-FEUSP); v) o Laboratório de Letramento Acadêmico em Línguas Materna e Estrangeiras (LLAC- FFLCH); vi) a Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI USP) e, em dois campi do interior: vii) a Sessão de atividades culturais (SCCULT) da Prefeitura do Campus de São Carlos e viii) o Centro de Estudos Linguísticos da ESALq;

5 – que, na USP, o tripé ensino, pesquisa e extensão, perpassado pelo processo de internacionalização da instituição, considera que a construção de conhecimento pressupõe a diversidade de línguas faladas por diferentes povos e a importância do contato com múltiplas culturas;

6 – que os princípios da inclusão e do pertencimento de toda a comunidade acadêmica aos meios de produção de conhecimento, no interior das mais variadas culturas, bem como a recepção e integração de estrangeiros na universidade pelo ensino de português, foram validadas pela USP com a criação da Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento-PRIP em 2022;

7 – que, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015, art. 3º), é preciso que a USP garanta condições de acessibilidade a todas/os

as/os discentes, docentes e corpo técnico-administrativo com deficiência. No âmbito dessa resolução, destaque-se que a Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto de nº 5.626/2005, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e prevê a garantia tanto do direito à educação às pessoas surdas, assegurando a presença de tradutor/intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa (Art.23) nos espaços institucionais, quanto de medidas pedagógicas que considerem a LIBRAS como primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua da comunidade surda – por exemplo, na correção das provas escritas, mediante a adoção de mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua que valorizem o aspecto semântico e reconheçam a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa (Art. 14, VI);

8 – que, de acordo com artigo 3º do decreto 5626/2005, a LIBRAS é disciplina curricular obrigatória para os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia, e do parágrafo, a disciplina curricular optativa para os demais cursos da universidade;

9 – que, de acordo com as diretrizes que determinam o funcionamento do Programa Idiomas sem Fronteiras (Art. 1º. da Portaria 30, 2016), as IES Públicas e Privadas e as da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) têm a “finalidade de propiciar a formação inicial e continuada e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo” e de “professores de idiomas da rede pública da Educação Básica”, bem como de promover “a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa, contribuindo para o desenvolvimento de uma política linguística para o país”; e que, portanto, cabe às IES participantes (Art. 11, inciso VIII) “implementar uma política de ensino de idiomas no âmbito de sua instituição, valorizando as ações do Programa”;

10 – que, em resposta ao Edital de Chamada Pública 59/2017, direcionado às IES públicas estaduais, a Universidade de São Paulo passou a integrar o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) do Ministério de Educação e Cultura, conforme a aprovação do seu credenciamento (Edital 74/2017);

11 – que, em 2022, o GT Interunidades PoLínguas USP, formado inicialmente por docentes da FFLCH e da FEUSP, publicou e encaminhou às autoridades da Universidade o documento “Por uma política linguística para a USP”, com a proposta de construção coletiva de uma política plurilíngue para a USP e que, em decorrência disso, desencadeou a realização de ações de diagnóstico (Questionário “Línguas na USP”, “I Seminário sobre Políticas Linguísticas na USP” e “Relatório sobre o I Seminário sobre Políticas Linguísticas na USP”), o que permitiu gerar respostas a algumas demandas relativas ao ensino de línguas na USP, como ocorreu, por exemplo, com a criação de mais um espaço de iniciação à docência, contando com bolsas da Pró-Reitoria de Graduação/PRG (Edital PRG/Santander no. 02/2022 - Programa de Iniciação e Aperfeiçoamento na Docência/PROIAD);

12 – que a formação em línguas estrangeiras em todos os *campi* da Universidade de São Paulo, e em especial nos do interior, precisa ser fomentada institucionalmente, de modo a contemplar as necessidades de ensino, pesquisa, extensão e internacionalização;

13 – que as bibliotecas são espaços multilíngues por natureza e que, portanto, se faz necessário ampliar as atividades que permitam vivências semióticas diversificadas, incluindo a produção, circulação e manutenção de material que garantam acessibilidade;

14 – que a USP, por oferecer formação em nível de graduação em dezesseis línguas, é vanguarda – e pode permanecer como tal – na interlocução com diferentes esferas da sociedade, incluindo órgãos governamentais, para ampliar e aprofundar a formação multilíngue;

PROPOMOS:

**Criar o Programa de Desenvolvimento de Políticas Linguísticas para a USP/PDPoLínguas-USP.**

### **1. Objetivos e justificativa**

É objetivo do Programa elaborar e implementar políticas institucionais integradas e permanentes, que possibilitem atender às necessidades linguístico-discursivas e culturais, advindas das diversas áreas de conhecimento da Universidade de São Paulo, com suas especificidades.

A proposta tem como base as ações desenvolvidas pelo GT Interunidades Polínguas-USP que, entre seus objetivos, inclui o de desencadear a construção coletiva permanente de políticas linguísticas institucionais que considerem o papel das línguas presentes na universidade no tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como sua repercussão na internacionalização, na inclusão e na gestão.

Sendo uma universidade voltada para as necessidades sociais, em um país capaz de liderança regional, como o Brasil, a USP precisa de políticas linguísticas consistentes baseadas no princípio do plurilinguismo. Uma vez institucionalizadas, essas políticas devem ser capazes de responder à diversidade de demandas de formação linguística das diferentes áreas de conhecimento, considerando, inclusive, as línguas usadas em território nacional. É preciso, ainda, que essas políticas sejam orientadas pela vasta gama de pesquisas científicas feitas na área de línguas, culturas e ensino, respeitando o investimento já feito e garantindo sua continuidade e aperfeiçoamento.

A proposta de a USP adotar como princípio fundamental a construção de políticas linguísticas pautadas pelo plurilinguismo possibilitará sustentar concepções alinhadas com a natureza interdisciplinar da Universidade, bem como com o amplo cenário de internacionalização no qual se insere.

### **2. Pressupostos**

Desde as últimas décadas do século passado, os estudos que interrelacionam linguagem e sociedade assumem que as línguas e as relações entre elas são um campo de intervenção

de múltiplos agentes, e não um espaço autorregulado. Entende-se como “política linguística”, as escolhas conscientes em torno das relações entre línguas e vida social (CALVET, 2002). Os agentes dessas escolhas podem ter diversas implantações sociais e institucionais, com maior ou menor poder de decisão sobre âmbitos de diversos alcances.

Em todo espaço de produção de bens materiais ou simbólicos, há práticas reguladas pela linguagem e, portanto, alguma política linguística se realiza. Se ela não é objeto de reflexão e tomada de decisões, simplesmente acontece de forma “não tematizada” (BOCHMAN [1993] 2023, p. 57), por isso, é preciso frisar que ela sempre tem lugar, mesmo por omissão, porque há escolhas que precisam ser feitas sobre quais línguas, ou sobre quais formas de cada língua participarão de determinadas práticas. A instituição universitária não é exceção, pelo contrário: seu caráter de instituição dedicada à produção de conhecimento a determina como um lugar intrinsecamente atravessado por relações, efetivas ou potenciais, entre línguas e sujeitos que enunciam nessas línguas.

Alguns dos interrogantes político-linguísticos que se apresentam para a universidade têm a ver com a sua prática de formar recursos humanos para a sociedade (ARNOUX e BEIN, 2015): para quais línguas, nacionais e estrangeiras, formar profissionais, tradutores, docentes, pesquisadores e em qual proporção em cada época? Como apoiar a educação em línguas da população, ou a língua nacional como língua de acolhimento a refugiados? (LOPEZ e DINIZ, 2018). Outros interrogantes se relacionam à circulação do conhecimento: em quais línguas a Universidade estimula a publicação de resultados de pesquisa? (HAMEL, 2013) Para quais línguas na internacionalização prepara seus estudantes e funcionários? E há, também, as perguntas sobre as línguas na gestão da universidade e no que ela mostra à sociedade e ao mundo: em quais línguas disponibilizar páginas web institucionais e/ou documentos? Como considerar, nas diferentes tipologias textuais que a Universidade produz, a heterogeneidade da língua portuguesa? Como levar em conta, nos usos linguísticos institucionais, a diversidade social, racial, cultural e de gênero que caracteriza a formação social brasileira?

Que a proposta de criação deste Programa qualifique, nos seus objetivos, as políticas institucionais a implantar como “integradas e permanentes” se deve precisamente à necessidade de que a política linguística da instituição seja coesa, com coerência entre as ações que responderão a cada um desses interrogantes, e com a necessária amplitude para não perder de vista a diversidade linguística que constitui as reais práticas de produção de conhecimento, de relação com a sociedade e de internacionalização em que suas diversas áreas estão envolvidas.

### **3. Princípios**

Ao adotar o plurilinguismo como política linguística, uma universidade parte de uma série de princípios que são fundamentais para compreender seu compromisso; dentre eles cabe destacar os seguintes:

1 – respeito ao direito e à “dignidade da pessoa humana”, fundamento do estado democrático de direito (Art. 1 Constituição Federal), por meio da consideração das línguas como fundadoras da identidade;

2 – reconhecimento da língua portuguesa, da língua brasileira de sinais, das línguas indígenas e de imigração como base da diversidade linguística e cultural da nação brasileiras e como respeito à dignidade humana;

3 – valorização da diversidade cultural: o plurilinguismo pressupõe a existência de uma relação complexa entre a diversidade linguística e a diversidade cultural, portanto, ao adotar o plurilinguismo, uma universidade reconhece e valoriza a riqueza das diferentes culturas presentes em sua comunidade acadêmica e no mundo em geral;

4 – acesso equitativo ao conhecimento: uma universidade que promove o plurilinguismo pressupõe que o conhecimento não deve ser limitado a uma única língua e busca garantir que estudantes e acadêmicos tenham acesso equitativo às informações e ao conhecimento, independentemente de sua língua materna ou de preferência;

5 – enriquecimento da comunicação e do debate acadêmico: o plurilinguismo é visto como um meio de enriquecer o debate acadêmico dentro e fora da universidade, pois, ao incentivar que múltiplas línguas sejam usadas, a universidade cria espaços de diálogo, respeitando a diversidade linguístico-cultural existente e promovendo a produção de conhecimento;

6 – promoção da internacionalização: o plurilinguismo, constitutivo do tripé ensino-pesquisa e extensão, ao invés de ser considerado uma barreira, deve ser colocado em relação com a internacionalização da universidade e a mobilidade de discentes, docentes e técnico-administrativos;

7 – respeito à identidade linguística: uma universidade que adota o plurilinguismo respeita a identidade linguística de seus estudantes, funcionários e docentes, promovendo inclusão e pertencimento de sujeitos oriundos de outras culturas e reconhecendo que a língua desempenha um papel importante na construção da identidade individual e coletiva;

Em suma, adotar o plurilinguismo como princípio de uma política linguística envolve uma compreensão profunda da importância da diversidade linguística, do acesso ao conhecimento e a sua produção, bem como – com base em princípios de inclusão e respeito à identidade linguística – do acesso a diferentes culturas e a suas respectivas produções.

#### **4. Métodos e estratégias**

A importância da implementação de políticas linguísticas institucionais permanentes e adequadas exige a implementação de processos e procedimentos que:

1 – conscientizem para o reconhecimento do plurilinguismo em todas as esferas, cujas demandas são intensificadas pela internacionalização e pelo mundo globalizado;

2 – divulguem práticas plurilíngues nos diferentes âmbitos da universidade, que promovam a intercompreensão, uma vez que uma única língua não pode suprir todas as necessidades de estudantes, docentes e técnico-administrativos;

3 – preparem para implementar ações voltadas ao plurilinguismo no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão universitária, transformando o cotidiano da universidade em um espaço de inclusão e pertencimento dos membros da sociedade;

4 – mobilizem e engajem os estudantes da graduação e pós-graduação em processos de ensino e aprendizagem, no âmbito dos quais o reconhecimento da diversidade linguística e cultural esteja em primeiro plano;

5 – estabeleçam relação entre todas as Pró-Reitorias da Universidade de São Paulo e procurem articular-se com iniciativas de outras universidades públicas, bem como promovam a defesa desses princípios nos vários níveis dos processos educacionais.

## 5. Proposta

Tendo em vista os três pilares da Universidade de São Paulo, a necessidade de inclusão e de garantia de pertencimento a sujeitos oriundos de diferentes contextos linguístico-culturais, da internacionalização e dos vários pontos de interseção entre esses eixos, relacionamos as ações que nortearão o **Programa de Desenvolvimento de Políticas Linguísticas para a USP/PDPoLínguas-USP**:

### No escopo do ensino

i) Validação, mediante articulação com as pró-reitorias, da integração curricular das atividades de formação linguística como AACs, como extensão ou como créditos que integralizam o cômputo da carga horária em diferentes cursos e programas, dentre outros.

ii) O incentivo à oferta de disciplinas em diferentes línguas.

iii) Implementação de estágio para pós-graduandos em Letras no qual ministrem cursos de línguas para a comunidade USP.

iv) Fortalecimento da formação de professores e pesquisadores em línguas e seus universos culturais, incluindo o português como segunda língua para brasileiros surdos e indígenas, e como língua estrangeira ou adicional para estudantes não brasileiros.

v) Incentivo ao ensino de LIBRAS e de línguas indígenas, contribuindo para a ampliação do horizonte epistemológico e para a inclusão educacional e social de não falantes de português, via o reconhecimento de suas línguas maternas em diversas instâncias de sua formação.

vi) Manutenção e fortalecimento do apoio a programas específicos de internacionalização para discentes, docentes e corpo técnico-administrativo. Dentre outros: o Programa Estudante Convênio (PEC-G e PEC-PG); o Programa de Mobilidade Internacional da CAPES; o Programa Institucional de internacionalização/CAPES/Print; o Programa CAPES Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Acreditados (MARCA); o Programa Erasmus de mobilidade acadêmica; os Programas de Escala da AUGM; o Programa Bolsas Brasil PAEC OEA-GCUB, CAPES/BRAFAGRI e CAPES/BRAFITEC.

### **No escopo da pesquisa**

i) Apoio, inclusive financeiro, a demandas de caráter linguístico e/ou cultural, para projetos de pesquisa, ensino e extensão (por exemplo, para a organização de eventos científicos, com divulgação e apresentações em diferentes línguas, a inserção de pesquisadores nas comunidades pesquisadas e a versão para outras línguas de artigos acadêmicos etc).

ii) Estímulo a apresentação de trabalhos, qualificações e defesas de pós-graduação em línguas indígenas e LIBRAS.

iii) Estímulo, reconhecimento e efetiva implementação, quando pertinente e com a devida autorização do programa, do uso de diferentes línguas estrangeiras na apresentação de trabalhos acadêmicos, tanto nas diversas modalidades de iniciação científica (IC, TGI, TCC) quanto nas qualificações e defesas em dissertações de mestrado e teses de doutorado, incluindo os procedimentos da banca de defesa.

iv) Apoio às ações desenvolvidas por Núcleos e Grupos de Estudos e de Pesquisa – em especial às daqueles que atuam em parceria com a sociedade – sobre processos sócio-históricos de diferentes línguas e culturas presentes em território nacionais e sobre o trabalho com o português para surdos, indígenas e migrantes estrangeiros.

v) Promoção de debates acadêmicos para subsidiar a revisão e a definição de políticas editoriais de periódicos científicos do Portal de Revistas USP, de modo a ampliar a submissão e a publicação de artigos científicos em distintos idiomas estrangeiros.

vi) Aumento e projeção de cátedras internacionais na Universidade, com ações efetivas para possibilitar a interação em língua estrangeira entre os professores, assim como o aumento da divulgação científica resultante dos estudos realizados.

### **No escopo da extensão**

i) Suporte ao ensino das línguas usadas em território nacional e das línguas estrangeiras nas escolas que compõem a Rede USP de Educação Básica.



ii) Fomento ao ensino de LIBRAS nas escolas que compõem a Rede USP de educação Básica, bem como nos cursos do ensino superior.

iii) Apoio a projetos com imigrantes, refugiados e apátridas, incluindo cursos de língua portuguesa e cultura brasileira e cursos de idiomas estrangeiros, sob o reconhecimento de que tais projetos implicam uma troca e consequente contribuição intelectual no plano do plurilinguismo e da interculturalidade.

iv) Estreitamento de parcerias com entidades internacionais promotoras de diferentes línguas e culturas.

v) Incentivo à oferta de atividades de extensão em línguas diversas, com atenção às demandas específicas das diferentes áreas de formação que atuam em comunidades de falantes de outras línguas.

vi) Reconhecimento e estabelecimento do conceito de extensão internacional e consequente capacitação do corpo funcional, docente e discente para atuar em diversos idiomas incluindo línguas de sinais e línguas indígenas.

#### **No escopo da construção e fortalecimento da internacionalização**

i) Apoio e a ampliação do efetivo intercâmbio nas línguas dos países que sediam as universidades com as quais a USP mantém convênios.

ii) Promoção da formação linguístico-cultural do corpo técnico-administrativo juntamente com o incentivo para capacitação no exterior.

iii) Formação linguístico-cultural do corpo técnico-administrativo para a interação com os parceiros internacionais, por exemplo, no estabelecimento de tratativas, na negociação de convênios, na realização de eventos acadêmicos e outras ações ligadas à internacionalização.

iv) Apoio a políticas de tradução que contemplem as línguas nas diversas práticas da Universidade, privilegiando a qualidade das versões nas respectivas línguas, de modo a assegurar que as traduções sejam feitas diretamente da língua original por profissionais especializados.

v) Fortalecimento das iniciativas do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT) (<https://citrat.fflch.usp.br/>), entre cujos objetivos cabe destacar a constituição de um serviço de documentação relativo às atividades científicas, culturais e profissionais da tradução e da terminologia do país; o levantamento e constituição de acervo de textos científicos e culturais brasileiros traduzidos para idiomas estrangeiros; e a investigação de métodos e tecnologias apropriadas para a condução de trabalhos de tradução e terminologia.

vi) Fortalecimento de uma rede produtiva de intercâmbio entre as Comissões de Internacionalização das respectivas unidades da universidade tanto entre si quanto com relação à Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e

Internacional/AUCANI USP (<http://www.usp.br/internationaloffice/>). Essa rede pode articular ações coletivas de acordo com as diretrizes que este documento aponta, sobretudo no que se refere à afirmação de uma universidade internacionalizada e plurilíngue.

vii) Aperfeiçoamento do repasse e busca de recursos por meio de editais que possibilitem o desenvolvimento de projetos em cada Comissão de Internacionalização das unidades, bem como a realização de eventos diretamente relacionados a esse processo de internacionalização.

viii) Implementação de canais de comunicação em diferentes línguas (portais, sites, redes sociais, atendimento plurilíngue), inclusive, incentivando os periódicos científicos da USP a publicar seus artigos em outras línguas que não apenas português e inglês.

ix) Publicação de material informativo sobre a universidade em diferentes línguas estrangeiras, e em línguas nacionais como a Língua de Sinais e as línguas indígenas. Para garantia do acesso a diferentes pessoas da comunidade USP, os meios digitais em que as publicações serão disponibilizadas precisam proporcionar recursos de acessibilidade, como páginas que permitam o uso de leitores de tela, versões das informações em áudio, bem como a produção desses materiais em Braille.

x) Disponibilização, quando necessário, de documentos acadêmicos (histórico escolar, diploma, declarações diversas) em diferentes línguas estrangeiras.

xi) Apoio a iniciativas linguísticas e culturais de grupos de estudantes internacionais em toda a USP.

xii) Adequação técnica para o devido registro das línguas em que as disciplinas são oferecidas.

xiii) Apoio à reflexão sobre a necessidade de testes de conhecimento de língua estrangeira para a pós-graduação.

xiv) Institucionalização da representação permanente para as comissões de relações internacionais nas congregações.

### **No escopo das ações transversais**

i) Promoção da acessibilidade linguística e remoção de barreiras em suas diversas modalidades, mediante um gradativo processo de institucionalização que garanta o acesso, a permanência e o êxito da comunidade USP (estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos) em seus percursos formativos e/ou no desenvolvimento pleno de suas funções.

ii) Estabelecimento de um plano de trabalho conjunto com a Reitoria, inclusive com apoio jurídico, com vistas à: i) revitalização e ampliação da capacidade de

ação do Centro Interdepartamental de Línguas/CIL (<https://clinguas.fflch.usp.br/>), da FFLCH; do Centro de Estudos e Pesquisas em Ensino de Línguas/CEPEL (<http://www4.fe.usp.br/cepel/apresentacao>), da FEUSP; do Laboratório de Letramento Acadêmico / LLAC (<https://dlm.fflch.usp.br/laboratorio-de-letramento-academico-llac>) da FFLCH; iv) da Sessão de atividades culturais (SCCULT) da Prefeitura do Campus de São Carlos (<http://cultura.sc.usp.br/cultura/centro-cultural/>) e v) do Centro de Estudos Linguísticos da ESALq (<https://www.esalq.usp.br/svaint/centro-de-estudos-linguisticos>); ii) articulação de investimentos e trabalho com a Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI USP).

iii) Criação de Centro de Línguas nos campi do interior.

iv) Atenção aos diversos setores contemporâneos que deixam registro, na língua, de demandas em torno da inclusão universitária envolvendo as temáticas de gênero, origem étnica, orientação sexual, condições físicas e mentais, entre outras, de modo a promover o reconhecimento, a consideração e o respeito, por meio de variados recursos linguísticos, da diversidade de várias ordens. Desse modo, como tantas instituições e universidades do mundo e do Brasil, a USP precisa, além de incentivar o debate sobre linguagem inclusiva, produzir orientações relativas a seu funcionamento nas várias instâncias da vida universitária.

## 6. Conclusão

A criação do Programa de Desenvolvimento de Políticas Linguísticas para a USP – PDPoLínguas-USP é necessária para dar estabilidade às ações advindas da universidade nessa área, embasando essas políticas na reflexão constante e na necessária institucionalização das ações, tanto as permanentes quanto as que atendem a exigências pontuais, ligadas a programas de cooperação. Desse modo, busca-se evitar a imprevisibilidade, a improvisação e a transferência da responsabilidade pelo trabalho com as diferentes línguas a cada grupo que sentir essa necessidade.

## 7. Referências Bibliográficas

ARNOUX, Elvira e BEIN, Roberto. “Hacia una historización de las políticas de enseñanza de las lenguas”. In: *Política lingüística y enseñanza de lenguas*. Buenos Aires, Biblos, 2015, pp. 13-50.















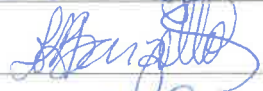



BOCHMANN, Klaus. *Lenguaje poder y política*. Quiénes, cómo y para qué fabrican y regulan las lenguas [1993]. Trad. de Roberto Bein. Buenos Aires: Cabiria, 2023.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística. Uma introdução crítica*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo, Parábola, 2002.



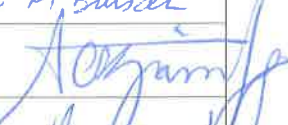

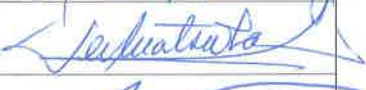














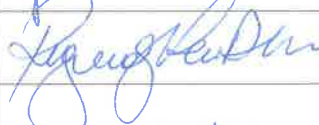
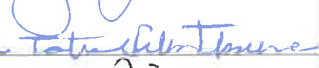
HAMEL, Rainer Enrique. “El campo de las ciencias y la educación superior entre el monopolio del inglés y el plurilingüismo: Elementos para una política del lenguaje en América Latina”. *Cadernos de Lingüística Aplicada*, n 52.2, 2013, pp. 321-384.

LÓPEZ, Ana P. e DINIZ, Leandro. “Iniciativas jurídicas e acadêmicas brasileiras para o acolhimento de imigrantes deslocados forçados”. *Siple*, n 9, [n. p.], 2018.

Os abaixo assinantes concordam com os termos do Programa de Desenvolvimento de Políticas Linguísticas para a USP (PDPolÍnguas-USP)

Nome completo	Número USP	e-mail	Assinatura
Rosângela A. P. de Camargo	1928087	rcamargo@erp.usp.br	
Andréia Carla Campana Palla	2984590	andriac@sc.usp.br	
Fernando B. da Costa	1160471	febcosta@fcfp.usp.br	
Moriana Coiro Nunes	4285486	moriana.nunes@usp.br	
Nilza Mendes	3646715	nilza@icmc.usp.br	
Leonardo José Martinussi	5582110	lmartinussi@icmc.usp.br	
Karina M. Stefani	2811245	karina@fcfp.usp.br	
Reinaldo Severina	5591701	reinaldo@sa.usp.br	
Tatiz de Almeida	3707894	tatiz.almeida@fm.usp.br	
Priscila Carla Toselli de Almeida	7917332	priscilatoselli@sc.usp.br	Priscila C. T. de Almeida
Ana Clara Fonseca	4314333	anadana@usp.br	
Karine Edet de Medeiros	7725180	karine@usp.br	
PALOMA NEVES DA COSTA	13822658	neves_paloma@usp.br	Paloma Neves da Costa
TADINEI D. JACUMASSO	8696940	tadinei@unicentro.br	
Fernanda Samie Shashi	7355861	fshashi@usp.br	
MILENA MARTELLI TOSI	3460851	mmartelli@usp.br	
ELISABETA SANTORA	3194628	esantora@usp.br	Elisabete Sautora
Valdir Heitor Barzotto	3948631	barzotto@usp.br	
Ana Paula Zerbato	1162951	apzerbato@usp.br	
José Paulo M. Esca	3281862	jpmesca@fcfp.usp.br	
Marta Helena Helen	2794455	mh@ilc.usp.br	



Nome completo	Número USP	e-mail	Assinatura
Jackeline Didone Bonfim	5950952	jackeline.didone@usp.br	
Sarita Mazzini Brusch	1884482	sarita@icmc.usp.br	
Angela C. P. Giampedro	2492379	giampedr@sc.usp.br	
Mathews Hikaru Tamamoto	9315400	tamamoto@usp.br	
Leiko Matsubara Morder	1070092	leikommm@usp.br	
Adrián P. Fariña	3544058	adriantp@usp.br	
Luciana J. Pomfilla	2431165	lucianaj@usp.br	
José Antonio Vieira	13036814	zeletra@bmail.com	
Divanildo de Souza	5840087	crint@cdl.usp.br	
Alina FERREIRA VERAS DE SOUSA	5673494	ccintec@usp.br	
Fabio Barbosa de Lima	6239960	FBLIMA@USP.BR	
RODRIGO BRUNELLI PIRAN	2870353	RBRUNELLI@USP.BR	
Lúcia Rezende Jayme	7801483	lucijayme@usp.br	
Luiza C. L. de Jesus	12523166	LUIZALIS@usp.br	
Ana Cláudia Balthazar Lodi	503515	ANALODI@ECLRP.USP.BR	
Daniel Ferraz	2295928	danielfe@usp.br	
Ana Fernanda Guimarães T.	6949805	ana.fernanda.hindade@alumni.usp.br	
Telma de Macedo Melo	6835597	telmaz.macedo.melo@usp.br	
Julia Mina Fernandes	9283799	julia.mina@usp.br	
Regina Guenke Palma Dibb	2004300	rgpalma@usp.br	
Tatiane Felix Timineo	2356092	TIMANEF@HU.USP.BR	
PAULO CEZAR VIEIRA	1454325	PCVIEIRA@FCFRP.DSP.BR	